

O etanol brasileiro no mundo

Os impactos socioambientais causados por usinas exportadoras

ONG Repórter Brasil
www.reporterbrasil.org.br
Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis
www.agrocombustiveis.org.br
Maio de 2011



Terminal de exportação de etanol no porto de Paranaguá (PR)

Foto: Arquivo da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)

Sumário

- Introdução	2
- Impactos socioambientais e o discurso pró-sustentabilidade	4
- Impactos de usinas exportadoras	9
- Conclusão	20

Introdução

A intensificação do debate sobre a sustentabilidade da produção de etanol mundo afora, e a conseqüente criação de mecanismos de monitoramento pelos setores público e privado nos Estados Unidos e na Europa, não estão impedindo usinas brasileiras flagradas com irregularidades sociais e ambientais de exportarem o combustível para o exterior. Levantamento da Repórter Brasil sobre dados da safra 2010/11 indicam que restrições socioambientais por parte dos importadores estrangeiros ainda passam ao largo do mercado do etanol. Como apontado no estudo, mesmo nos casos em que o importador alega ter realizado uma avaliação socioambiental do fornecedor, há falta de transparência e os critérios utilizados não são plenamente divulgados.

Entre 2009 e 2010, as exportações brasileiras de etanol caíram 42,4%, para 1,5 milhão de toneladas, conforme dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Brasil. Em 2011, a expectativa é que haja novo decréscimo. O recuo é justificado por um conjunto de motivos, como a redução da disponibilidade do produto para exportação, causada pelo aumento do consumo de etanol no mercado interno e o maior uso da cana para fabricação de açúcar, além dos persistentes efeitos da crise financeira internacional nos Estados Unidos e na Europa, que contiveram a demanda por combustíveis importados.

O governo e o setor privado brasileiro, porém, avaliam que a queda é conjuntural e apostam que o país pode se tornar um importante exportador a médio prazo. Em 2010, a Petrobras obteve a licença ambiental para iniciar a construção de um alcoolduto que ligará regiões produtoras de Minas Gerais e São Paulo ao porto de Santos. As obras devem começar no segundo semestre de 2011. Isso significa que, se hoje a exportação de etanol é um dos vetores que menos influenciam a expansão dos canais pelo país, e conseqüentemente, os impactos socioambientais causados por eles, no futuro sua importância será maior.

Essa expectativa tem incentivado governos estrangeiros e segmentos do setor privado a avançarem na criação de padrões de sustentabilidade para a importação de combustíveis renováveis, entre eles o etanol brasileiro. Os Estados Unidos, por exemplo, maiores consumidores de energia renovável do mundo, exigem que as usinas cadastrem-se na Agência de Proteção Ambiental norte-americana (EPA, na sigla em inglês) em troca da redução das burocracias de exportação.

É um procedimento simples, que pode ser realizado pela internet e que exige um relatório assinado por um profissional independente com detalhes sobre o parque produtivo da usina. Há pouca chance de que uma delas tenha seu cadastro negado, uma vez que a EPA já classificou o etanol de cana-de-açúcar como uma variedade de baixo carbono avançada, ou seja, que é capaz de reduzir as emissões de gases do efeito estufa em pelo menos 50% se comparada com a gasolina. A agência projeta que até 80 bilhões dos 136 bilhões de litros de biocombustíveis previstos para consumo em 2022 sejam de variedade avançada, como o etanol de cana. É um volume mais de três vezes superior ao consumo atual do Brasil, de 25 bilhões de litros em 2010. Entre as companhias brasileiras que já obtiveram registro na EPA estão a usina Cevasa, da Cargill, Della Coletta Bioenergia, Açúcar Guarani – Severínia, LDC Bioenergia e outras quatro usinas ligadas à Copersucar S.A.

No caso da União Européia, a principal peça normativa sobre combustíveis renováveis foi lançada em maio de 2009 e é chamada Diretiva 2009/28/CE. Ela determina que, até 2020, o bloco alcance uma cota de 20% de energias renováveis no consumo final bruto de energia e cada país-membro atinja a meta mínima de uso de 10% de energia renovável no setor de transportes. Entre os tipos de energias renováveis aceitas na conta, a legislação lista uma série de fontes não-fósseis, como eólica, solar, aerotérmica, geotérmica, hidrotérmica e oceânica, hidráulica, de biomassa, de gases dos aterros, de gases das instalações de tratamento de águas residuais e biogases.

A diretiva incentiva a criação de planos nacionais de uso e produção de biocombustíveis. Com isso, estima-se uma grande expansão do uso desses combustíveis no bloco, de 5,9 milhões de toneladas de óleo equivalente, em 2006, para 12,6 milhões em 2010 – alta de 113,05%. O maior uso é de biodiesel, cujo consumo deve passar de 4,1 milhões de toneladas para 9,9 milhões, e bioetanol, de 880 mil para 2,5 milhões.

Para dirimir problemas socioambientais, a diretiva determina uma série de critérios de sustentabilidade para a produção de biocombustíveis. Esses critérios devem ser seguidos da mesma maneira por fornecedores de dentro ou de fora do bloco. Isso significa que uma usina sucroalcooleira do Brasil deve cumprir os mesmos requisitos de sustentabilidade exigidos de uma companhia instalada na União Européia.

Com relação a gases do efeito estufa, por exemplo, a diretiva determina que, a depender do ano de instalação da unidade produtiva, a redução das emissões deve chegar a até 60% na comparação com o combustível de origem fóssil correspondente. Não serão considerados para essa meta os biocombustíveis que por ventura venham a ser comercializados no bloco produzidos a partir de matérias-primas colhidas em áreas desmatadas após janeiro de 2008, assim como aquelas produzidas em terrenos alagados, parques protegidos ou de alta biodiversidade.

Questões sociais e trabalhistas também serão monitoradas. A União Européia cobrará dos produtores de biocombustíveis que não gerem redução da área plantada de alimentos, não haja uso de mão-de-obra escrava ou infantil, haja ampla liberdade sindical e direito de negociação coletiva e haja condições de igualdade de remuneração de homens e mulheres. Relatórios de avaliação deverão ser preparados bianualmente pela Comissão Européia para serem apresentados ao Parlamento e ao Conselho do bloco. Mas todos esses procedimentos ainda dependem de uma fase de regulamentação na própria União Européia e nos Estados nacionais que compõem o bloco.

Por fim, há que se ressaltar que empresas do setor do etanol, entre produtores e comerciantes, associações de classe e organizações não-governamentais estão envolvidas em diversas ações para criação de mecanismo de certificação da sustentabilidade produtiva de fazendas e usinas. Iniciativas como a Mesa Redonda dos Biocombustíveis Sustentáveis (RSB, na sigla em inglês) e Bon Sucro-Better Sugarcane Initiative já iniciaram testes de seus princípios e critérios sociais e ambientais, inclusive no Brasil. No entanto, ainda há dúvidas sobre a possibilidade de que essas ações ganhem escala e não criem apenas nichos de sustentabilidade em um mercado majoritariamente marcado por impactos socioambientais. Para que isso não ocorra, é fundamental que o setor público, no Brasil e no exterior, crie regras para uma produção sustentável e monitore o cumprimento delas.

Impactos socioambientais e o discurso **pró-sustentabilidade**

A área de cana-de-açúcar na safra 2010/11 cresceu 8,4%, para 8,03 milhões de hectares, de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Já a produção de cana subiu menos, 3,4%, para 624,9 milhões de toneladas, em virtude da queda de 4,6% no índice de produtividade – decorrência da estiagem prolongada na região centro-sul e da chuva irregular no norte e no nordeste.

O Estado de São Paulo, que concentra 54,23% da área de cana no país, registrou crescimento de 5,5%, para 4,3 milhões de hectares. Mas, por conta da queda de 6,1% no índice de produtividade, a produção colhida decresceu 0,9%, para 359,2 milhões de toneladas. Entre os outros Estados brasileiros com tradição canavieira, os maiores aumentos de área plantada ocorreram no Mato Grosso do Sul, com 49,2%, para 396,1 mil hectares, em Goiás, com 27%, para 599,3 mil hectares, e em Minas Gerais, com 10,3%, para 649,9 mil hectares.

A elevação da área plantada foi estimulada pela elevação da demanda das usinas já existentes e pela inauguração de novas unidades produtivas. A ETH Bioenergia, controlada pelo Grupo Odebrecht, inaugurou na cidade de Mineiros (GO) a primeira usina que havia sido projetada pela Brenco, adquirida pelo grupo no mesmo ano. A companhia também iniciou as operações de uma unidade em Alto Taquari (MT), que se tornou a maior em operação no Estado. A ETH Bioenergia possui sete usinas no país.

O Grupo Cosan, que mantém joint-venture com a petroleira Shell, iniciou as operações de sua primeira usina no Mato Grosso do Sul, em Caarapó. A joint-venture, denominada Raízen, é dona de 23 usinas em cinco Estados brasileiros. Já o Grupo CMAA inaugurou a usina Vale do Tijuco, em Uberaba (MG), a primeira unidade das três projetadas para serem construídas no Triângulo Mineiro. A companhia é controlada pelo Pactual Capital Partners (PCP), o JF Citrus e o fundo norte-americano ZBI Ventures.

Com os preços do açúcar em alta no mercado externo, as usinas brasileiras elevaram a fabricação do produto. A produção de açúcar foi estimada pela Conab em 38,6 milhões de toneladas, 16,9% a mais do que na safra 2009/2010. Entretanto, a maior parte da cana colhida no país – 53,8% – continuou sendo usada para geração do combustível. A estimativa para a fabricação de etanol é de 336,2 milhões de litros, com elevação de 7,5% sobre o período anterior.

Questões trabalhistas

Com o avanço do uso de máquinas colheitadeiras de cana-de-açúcar, o trabalho manual, como o de corte da cana, perde postos de trabalho a cada safra. Estima-se que 60% da área plantada em São Paulo já sejam colhidas com máquinas. Nesse Estado, o número de trabalhadores não-qualificados caiu 8,8% entre 2009 e 2010, para 140,4 mil. Em relação a 2007, o recuo chega a 21,1%, conforme o boletim “Ocupação formal

sucroalcooleira em São Paulo”, produzido por pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Jaboticabal (SP). O ritmo de baixa só não é maior porque a área total destinada à cana no Estado tem crescido – e, com ela, também avançam áreas com corte ainda manual.

No sentido inverso ao recuo do trabalho manual, tem crescido o número de vagas para trabalhadores mais qualificados em São Paulo, como os envolvidos com atividades administrativas, agrícolas e industriais especializadas. Entre 2009 e 2010, a quantidade de postos para esses profissionais aumentou 7,6%, para 169,9 mil. Em relação a 2007, a elevação é ainda maior, de 18,9%. Quando somadas as ocupações qualificadas e não qualificadas, o cenário é de estabilidade no número de vagas. Entre 2009 e 2010, o número total de trabalhadores no setor sucroalcooleiro em São Paulo caiu 0,2%. Em relação a 2007, o recuo é de 1,7%.

Com relação aos impactos negativos do trabalho na cana, em 2010 o setor sucroalcooleiro ultrapassou a penosa marca de 10 mil trabalhadores libertados, na série histórica iniciada em 2003 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). De acordo com os dados, obtidos pela CPT junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho, ao final de 2010 o setor acumulava 10.010 trabalhadores resgatados nas operações realizadas pelas autoridades.

Ano	Atividades com mais trabalhadores resgatados (total e %)		
	1ª	2ª	3ª
2007	Cana (3.060 / 51%)	Pecuária (1.430 / 24%)	Outro & N.I. (538 / 9%)
2008	Cana (2.553 / 48%)	Pecuária (1.029 / 20%)	Out. lavouras (731 / 14%)
2009	Cana (1.911 / 45%)	Out. lavouras (804 / 19%)	Pecuária (603 / 14%)
2010	Out. lavouras (1.014 / 33%)	Pecuária (784 / 26%)	Cana (535 / 18%)
2003-06	Pecuária (6.510 / 40%)	Out. lavouras (3.415 / 21%)	Cana (1.605 / 10%)
2003-10	Pecuária (10.357 / 30%)	Cana (10.010 / 29%)	Out. lavouras (6.359 / 18%)

Dados SIT, MPT & CPT; processamento CPT até 31/12/2010

A superação dessa expressiva barreira dos 10 mil coloca a cana lado a lado com o setor que mais teve trabalhadores em situação análoga à escravidão libertados pelos órgãos de repressão à prática: a pecuária. De 2003 a 2010, 10.357 pessoas foram resgatadas de empreendimentos ligados à criação de gado. Com isso, a pecuária e a cana respondem por praticamente 60% de todas as libertações verificadas no país nos últimos oito anos.

A ascensão da cana é ainda mais evidente quando se nota que, de 2003 a 2006, o setor havia respondido por 10% das libertações (1.605). Em 2007, 2008 e 2009, a cana liderou as estatísticas de escravos libertados. Em 2007, 51% das pessoas resgatadas (3.060 libertados) trabalhavam no setor; em 2008, 48% (2.553); e em 2009, 45% (1.911). Em 2010, o setor foi palco da libertação de 535 trabalhadores (18% do total). A queda do número de pessoas resgatadas – bem como do total de denúncias e fiscalizações realizadas no setor – pode ter explicações diversas e ainda é necessário um prazo maior para avaliar se a tendência persistirá no próximo período. Mas não deixa de ser um sinal de que a ação exercida por empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, assim como a restrição de financiamento público a companhias flagradas com problemas, esteja gerando resultados positivos no campo.

O Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar¹, lançado em junho de 2009 e que poderia ajudar a melhorar esse cenário, continua em estágio inicial de debates. A Secretaria-Geral da Presidência da República, que administra o acordo, confirmou que ao menos 248 usinas (das mais de 300 que manifestaram intenção inicial de aderir ao acordo, em meados de 2009) preencheram o cadastro de adesão. Esse registro só assegura às companhias solicitantes a condição de aptas para a verificação *in loco*, conforme frisa a assessoria de imprensa da pasta: “Só serão reconhecidas as empresas que efetivamente tiverem comprovação do cumprimento dos compromissos, mediante auditoria externa”.

Ainda não se sabe, porém, como será feita essa auditoria. Também não há prazos. O principal desafio dos signatários patronais – Fórum Nacional Sucroenergético e Unica – consiste em fazer deslanchar o processo de verificação das condições de trabalho nas usinas para “certificar” todas que estariam cumprindo o que foi acordado, conforme realização de auditorias. Em conversa por telefone, Pedro Luciano Oliveira, do Fórum Nacional Sucroenergético, foi direto: “Falta o governo decidir como será o reconhecimento. Pode ser um selo de qualidade ou uma lista de bons empregadores, por exemplo. O certo é que tem que existir algo. Esse estímulo de premiar as boas práticas é fundamental para o futuro do compromisso”.

Ao longo de 2010, participantes da Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar² desenvolveram por conta própria uma metodologia de aferição que foi testada como projeto-piloto em quatro usinas – duas em São Paulo, uma em Minas Gerais e uma na Paraíba. A expectativa das associações de empregadores está concentrada na adoção e aplicação dessa metodologia. Ocorre que uma das principais deliberações da primeira reunião da Comissão em 2011 foi justamente a definição de um Grupo de Trabalho (GT) que tratará dos critérios que serão cobrados dos signatários do Compromisso.

Segundo fontes que estiveram no encontro, a chefe da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) anunciou na ocasião que a pasta – que foi deixada em segundo plano durante a gestação do Compromisso, ainda nos idos de 2008 e início de 2009 – ainda fará sugestões acerca das exigências. Ou seja, a metodologia formatada pelos projetos-piloto não deverá ser assimilada pelo conjunto de membros da Comissão de maneira fácil, pacífica e consensual, como pretendia o segmento dos usineiros.

¹ Mais informações em <http://www.secretariageral.gov.br/arquivos/publicacaocanadeacucar.pdf>

² A comissão foi criada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que assinou decreto em 24 de novembro de 2010 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12937.htm). Seus membros foram nomeados em portaria assinada pelo ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, datada de 25 de fevereiro de 2011 e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 28/02/2011 (ftp://200.130.9.7/Biblioteca/Diario_Oficial/2011/Secao2/Fevereiro/DOU_28022011_p.3,6-7.pdf). No dia 13 de abril de 2011, a comissão se reuniu pela primeira vez (mais informações em: http://www.secretariageral.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/04/13-04-2011-dialogo-para-aperfeiçoar-atividades-do-pacto-da-cana-de-acucar-e-retomado) desde que a presidenta Dilma Rousseff assumiu o comando do governo federal. Estiveram presentes representantes de oito ministérios, além dos membros da Comissão Nacional indicados por parte das entidades representativas de empregadores e de empregados.

Foram tantas as idas e vindas que o prazo inicial de dois anos estabelecido para o Compromisso está se encerrando em junho de 2011 sem que quase nada tenha efetivamente se concretizado. Dedicados à aceleração da iniciativa, empresários e articuladores do governo querem simplesmente prorrogar o que foi celebrado em 2009. Já os representantes das entidades dos trabalhadores – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp) – deram sinais neste primeiro encontro de 2011, realizado em abril, que pretendem aproveitar o momento de renovação para renegociar algumas cláusulas sensíveis que ficaram de fora do compromisso firmado há dois anos. A Feraesp, por exemplo, insiste em tratar do tema da mecanização no bojo do acordo e que haja mais políticas públicas para atendimento dos trabalhadores que têm perdido seus empregos.

Discurso pró-sustentabilidade ganha força

Assim como no exterior, também no Brasil o debate sobre parâmetros socioambientais para produção de etanol ganhou força, com resultados diversos. Na área ambiental, o governo federal lançou em 2009 o Zoneamento Agroecológico (ZAE) da Cana-de-Açúcar, definindo áreas com maior e menor aptidão para a expansão da cultura. O atual debate no Congresso sobre o Novo Código Florestal, porém, ameaça enfraquecer as barreiras à expansão da cana a qualquer custo e tem atrasado a votação da lei que cria o zoneamento no Congresso, além de uma série de regulamentações ainda necessárias para que ele seja aplicado em sua totalidade.

Segundo José Nilton de Souza Vieira, assessor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Ministério da Agricultura, é impossível precisar em qual data ocorrerão as votações. Ele afirma, porém, que isso não é um problema porque “a expansão do setor já vinha ocorrendo exatamente nas áreas recomendadas pelo ZAE, como oeste paulista, Triângulo Mineiro, além dos Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, com alguns projetos também no Mato Grosso”. Completa ele: “O zoneamento apenas passou a disponibilizar informações mais detalhadas sobre essas áreas, excluindo aquelas onde o governo entende que a cana não deve entrar, como áreas de vegetação nativa, biomas Amazônia e Pantanal, Bacia do Alto Paraguai, além de áreas não mecanizáveis ou que dependam de irrigação plena”.

Vieira destaca que o ZAE é a garantia de que haverá “harmonia entre a produção de alimentos e de biocombustíveis e a preservação ambiental”. “Há uma paralisação dos investimentos com a crise financeira internacional, mas acreditamos que a retomada será nas mesmas bases, ou seja, mesmo não tendo sido aprovado o projeto de lei, os novos empreendimentos devem respeitar as diretrizes do governo. É desnecessário lembrar que o setor sucroalcooleiro está na vitrine mundial. Qualquer iniciativa que contrarie o senso comum vira notícia nos principais periódicos internacionais”, afirma. De acordo com Vieira, o Brasil já recebeu consultas de diversos países da América Latina e da África (como Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, El Salvador, Guatemala e Quênia), desejando a colaboração de especialistas brasileiros para estruturarem seus zoneamentos nacionais. Vale destacar que estudo produzido pela Repórter Brasil em 2009 criticou o projeto do ZAE, porque seus termos estimulavam a expansão da cana sobre áreas consolidadas de agricultura e pecuária, sobretudo no Centro-oeste, com

possibilidade de geração de impactos indiretos sobre biomas como o amazônico³.

Contatado pela Repórter Brasil, o Itamaraty, através de sua assessoria de imprensa, destacou que também atua para garantir padrões de sustentabilidade na produção de etanol. O órgão explica que “o país atua em foros multilaterais sobre o tema, como a Global Bioenergy Partnership (GBEP), que visa a criar um conjunto de indicadores de sustentabilidade ambiental, social e econômica” para os biocombustíveis. O objetivo é que os indicadores, recentemente acordados, sirvam de base para as políticas públicas de bioenergia em países que ainda não têm marco legal (ou queiram reformar o atual) sobre o setor. Tanto na GBEP quanto nos demais foros, o Brasil segue a mesma linha: a de que a expansão da produção e do uso de bioenergia deve ser feita sobre bases de estrita sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Segundo o Itamaraty, ao menos 20 nações são responsáveis pela maior parte do fornecimento mundial de energia, ainda fortemente baseado em combustíveis fósseis. Alternativamente, estima-se que mais de 100 países sejam potenciais produtores de biocombustíveis. Tal potencial reduziria a dependência energética e contribuiria para geração de empregos e renda para suas populações. Outro fator positivo citado pelo Itamaraty é que haveria redução das desigualdades entre países consumidores e produtores de energia, ajudando a prevenir potenciais conflitos derivados da competição internacional por recursos energéticos cada vez mais escassos.

Na avaliação do Itamaraty, o mercado mundial se consolidará somente “se houver produção e consumo de bioenergia em diversos países”. “O Brasil tem desenvolvido numerosas iniciativas nesse sentido, dentre as quais se destacam: o Programa Estruturado de Apoio do Brasil aos demais Países em Desenvolvimento na Área de Energias Renováveis (Pro-Renova), que vem realizando, desde 2007, projetos de cooperação técnica com dezenas de países africanos; o Memorando de Entendimento Brasil-Estados Unidos para Avançar a Cooperação em Biocombustíveis em Terceiros Países (com prioridade para a América Central e o Caribe); a iniciativa trilateral Brasil-União Européia de cooperação em bioenergia com países africanos; mais de noventa acordos bilaterais de cooperação na área de bioenergia; e a crescente aproximação com países sul-americanos na área, dentre os quais se destacam a Argentina, a Colômbia e o Paraguai, nações que vêm dedicando ênfase crescente à produção e ao consumo de biocombustíveis. A Argentina, por exemplo, tornou-se, recentemente, líder mundial na exportação de biodiesel”, relata a nota do Itamaraty à Repórter Brasil.

A defesa da sustentabilidade como um valor fundamental para a produção do etanol também ganhou espaço na indústria brasileira. Para Eduardo Leão de Sousa, diretor-executivo da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), “é preciso existir práticas de sustentabilidade, mas queremos evitar barreiras não tarifárias”. Ele reclama que a Diretiva da União Européia, por exemplo, não é clara em vários pontos relacionados à sustentabilidade, o que dificulta investimentos das companhias nesse setor. “Eles falam que a cana não pode se expandir em áreas com alta biodiversidade, mas o que isso significa? Se não for bem esclarecido, podem ser barreiras ao Brasil, até porque os conceitos aqui são diferentes”, diz.

³ Acesse o relatório sobre o ZAE em http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/zoneamento_cana_reporterbrasil_out09.pdf

O diretor da Unica diz que as discrepâncias entre a imagem que o setor busca construir e as práticas verificadas em alguns empreendimentos sucroalcooleiros “são casos cada vez mais pontuais”. “Sempre vai haver problemas, mas o objetivo é de que não exista, ou que pelo menos exista cada vez menos”, disse ele à Repórter Brasil. Na questão trabalhista, Leão de Sousa afirma ver “uma situação de muita melhora do que era no passado”. “Temos trabalhado fortemente com usinas no sentido de melhorar. O próprio compromisso trabalhista [Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar] é sinal desse esforço”, explica.

Quanto a esse último ponto, a Unica reconhece que “houve atraso no processo, mas ele está avançando, e em breve anunciaremos como será o monitoramento e a certificação”. A Unica também participa de uma série de outras iniciativas pró-sustentabilidade, como a requalificação de trabalhadores da cana que perderam emprego e mesas redondas como Bom Sucro e RSB. “Nossa visão sobre certificação é de que seja o mais convergente possível, evitando-se a multiplicação de fóruns e processos”, afirma.

Apesar do avanço do discurso e de ações pró-sustentabilidade por parte do governo federal e de segmentos empresariais, é patente que os impactos socioambientais continuam disseminados no setor sucroalcooleiro, inclusive nas maiores companhias do Brasil e naquelas controladas por grandes transnacionais do ramo de energia. A próxima seção deste relatório trata justamente desse aspecto ao identificar quais usinas, cooperativas e tradings estão embarcando etanol para o exterior, para quais países o produto é enviado e quais são os impactos socioambientais que ficam relegados a trabalhadores, comunidades tradicionais e ao meio ambiente do país.

Impactos de **usinas** exportadoras

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC)⁴, entre os anos de 2009 e 2010 foram registradas exportações de etanol efetuadas por mais de 40 empreendimentos, entre usinas, cooperativas ou empresas especializadas em comércio internacional. Em número de fornecedores, a Europa foi o principal destino do etanol brasileiro, com destaque para a Holanda (23 fornecedores), Inglaterra (14 fornecedores), e Suíça (nove fornecedores). Os demais clientes de peso do álcool brasileiro foram EUA (14 fornecedores), Japão (13 fornecedores) e Índia (oito fornecedores)⁵. Se por um lado é preciso reconhecer que vários empreendimentos seguem algum padrão de sustentabilidade na produção ou comercialização do combustível, por outro é necessário apontar que é mínima a transparência sobre os critérios sociais e ambientais aplicados e o monitoramento deles.

Uma das companhias listadas pelo MDIC como exportadora de álcool é a **Greenergy International**, empresa inglesa que se uniu ao grupo francês Bauche em 2010 para

⁴ Vitrine do Exportador, www.exportadoresbrasil.gov.br

⁵ Além dos países mencionados, a lista do MDIC inclui a Argentina, Austrália, Bélgica, Nova Zelândia, Noruega, Venezuela e Finlândia como importadores de etanol brasileiro

atender à crescente demanda do mercado britânico⁶. De acordo com a empresa, seus fornecedores devem seguir regras específicas no tocante à sustentabilidade socioambiental de etanol, sujeitas a um “programa extensivo de auditorias no Brasil para detectar o desempenho ambiental e social dos nossos fornecedores de bioetanol. Criado em 2008 e agora em seu terceiro ano, o programa foi descrito pelo governo do Reino Unido como cumpridor de ‘um standard ouro para biocombustível sustentável’”⁷. As atuais mais de dez usinas fornecedoras da Greenergy receberam da empresa um certificado de sustentabilidade.

Ao pedido da Repórter Brasil de que lhe fossem fornecidas as relações de critérios e de usinas certificadas, a Greenergy respondeu que “as informações solicitadas são de cunho confidencial”, mas que o site da empresa contém uma apresentação básica de salvaguardas. Como algumas usinas certificadas tornaram pública a relação com a empresa, foi possível fazer um cruzamento entre as mesmas e as salvaguardas socioambientais da Greenergy.

Um exemplo é a usina **São Martinho** – que, sob o nome de Vale do Mogi Empreendimentos Imobiliários (o CNPJ da São Martinho e da Vale do Mogi é o mesmo), teria exportado etanol também para Holanda, Suíça, Inglaterra e EUA, de acordo com a relação do MDIC. Em junho de 2009, a Justiça de Limeira, no interior do Estado de São Paulo, condenou a São Martinho a melhorar as condições de trabalho dos cortadores de cana, “fornecer, gratuitamente, equipamentos de proteção individual em perfeito estado, ferramentas adequadas ao trabalho, abrigos contra intempéries, local para refeição, instalações sanitárias compostas por vaso sanitário e lavatório, realizar exames médicos periódicos com posterior emissão de Atestado de Saúde Ocupacional e avaliações de risco ocupacional, efetuar pagamento de salários até o 5º dia útil, deixar de exigir hora-extra infundada quando justificada, não ultrapassar duas horas e conceder descanso entre duas jornadas com duração mínima de 11 horas”.

A usina foi fiscalizada nas safras de 2007 e 2008, “ocasiões em que foram constatadas diversas irregularidades no meio ambiente de trabalho”, segundo relatório elaborado pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho. “Mesmo depois de autuada várias vezes, a empresa continuou a descumprir normas de higiene e segurança do trabalho. Além disso, os seus representantes se recusaram a ajustar voluntariamente sua conduta trabalhista. Esgotadas as possibilidades de promover a adequação, os procuradores acionaram a São Martinho judicialmente”, concluiu o relatório⁸.

Outra empresa que anunciou a certificação pela Greenergy foi o **Grupo Carlos Lyra**, de Alagoas, dono das usinas Marituba e Caeté. Em dezembro de 2009, a Caeté foi acusada pelo Ministério Público do Trabalho de descumprimento de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), assinado em 2008, após verificação de uma série de violações de direitos trabalhistas⁹. Caso semelhante ocorreu na Nardini Agroindustrial, também certificada pela Greenergy. Em junho de 2009, uma fiscalização do Ministério

⁶ Nos registros do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), a Greenergy exportou para os EUA, não constando exportações sob seu CPF para a Europa.

⁷ http://www.greenergy.com/Biofuel_sustainability/auditing_brazil.html

⁸ <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1383770/usina-sao-martinho-e-processada-pelo-mpt-apos-reincidencia-de-infracoes-de-saude-seguranca-e-higiene>

⁹ <http://www.alagoas24horas.com.br/conteudo/?vCod=76942>

do Trabalho e Emprego autuou a empresa, constatando irregularidades que caracterizaram o descumprimento de um TAC firmado em 2006¹⁰. Dada a pouca transparência da Greenergy, estes casos em tese podem dar brecha a questionamentos sobre os processos de auditoria, bem como sobre a garantia de sustentabilidade do produto exportado.

A verdade é que não há indícios de que os importadores de etanol brasileiro estejam adotando concretamente cobranças de padrões mínimos de sustentabilidade social e ambiental no processo produtivo de seus fornecedores. De acordo com funcionários da usina Laginha, que tem duas unidades em Alagoas e três em Minas Gerais – e que, de acordo com o MDIC, exportou álcool para Bélgica, Japão e Austrália entre 2009 e 2010 –, as cobranças dos compradores se referem majoritariamente à qualidade do produto, e muito pouco aos processos produtivos¹¹.

Nos últimos anos, a Laginha sofreu fiscalizações por violações de direitos trabalhistas e trabalho escravo. Em maio de 2007, o Grupo Móvel de fiscalização encontrou 15 empregados oriundos dos Estados do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte em situação degradante na unidade Vale do Paranaíba, em Capinópolis (MG). Em 2008, foram resgatados 53 trabalhadores em condições análogas a de escravo na unidade de União dos Palmares, em Alagoas. Em setembro de 2010, outros 207 trabalhadores foram resgatados novamente na unidade Vale do Paranaíba, em Capinópolis¹².

Outras usinas constantes da lista de exportadores do MDIC também apresentaram problemas sociais e ambientais que podem ter afetado a cadeia produtiva do produto que chegou aos consumidores estrangeiros:

Louis Dreyfus Commodities, a LDC (forneceu etanol para Holanda, Suíça, Japão e Argentina) – Em 2009, uma fiscalização do Ministério do trabalho e Emprego e do Ministério Público do Trabalho em seis fazendas da LDC (Laranjeiras, Ponte, Campo Alegre, Olhos D'água, Pastinho e Camargo) na região de Lagoa da Prata (MG) encontrou condições de trabalho no “limiar da degradância”.

Nas frentes de trabalho, não havia fornecimento de água potável. Os trabalhadores também não tinham acesso a instalações sanitárias ou locais adequados para as refeições. Não havia ainda intervalos para repouso e alimentação regular. E os cortadores terceirizados chegavam a cumprir jornada de 12 horas diárias, duas vezes por semana. A empresa não efetuava o pagamento das horas-extras trabalhadas.

O fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPIs) era insuficiente, principalmente entre os terceirizados. Os operadores de tratores não tinham a Carteira Nacional de Habilitação (CNH). O relatório da fiscalização destaca ainda a ocorrência de dois acidentes de trabalho fatais: o primeiro, em 2007, após o tombamento de um dos tratores; e o segundo, em 2008, quando um funcionário foi arrastado por uma das máquinas e bateu a cabeça¹³.

¹⁰ <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2086392/nardini-firma-tac-aditivo-para-regularizar-jornada-de-trabalho>

¹¹ Todas as referências de países importadores neste documento constam da lista do MDIC

¹² www.reporterbrasil.org.br – várias matérias

¹³ <http://www.reporterbrasil.org.br/imprimir.php?id=1685&escravo=0>

Ainda em 2009, o grupo foi acusado por assentados da região de Rio Brilhante (MS) de destruir lavouras de pequenos agricultores e causar danos à sua saúde com fumigação de agrotóxicos, e de promover queimadas que têm atingido os moradores dos assentamentos vizinhos aos canaviais da empresa. A LDC também é acusada pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de ter demitido sumariamente 70% dos trabalhadores das usinas Passa Tempo e Maracaju após a sua compra¹⁴.



Canavial da LDC “cerca” quintais de assentados em Rio Brilhante (MS)

Foto: Verena Glass/Repórter Brasil

Em 2008, a LDC foi alvo de inquérito civil do Ministério Público do Trabalho por problemas com jornada de trabalho; salário; EPI; saúde e segurança; vale-transporte, e trabalho indígena. Em 2010, o MPT abriu outro inquérito civil por “irregularidades trabalhistas no que tange a desvio de função e à segurança no meio ambiente de trabalho” que podem “consustanciar grave infringência às normas de ordem pública referentes aos direitos sociais dos trabalhadores, entre outras irregularidades”.

Cosan S/A Açúcar e Álcool (exportou para Holanda, Finlândia, Suíça, Japão, Argentina, Austrália) – Em junho de 2007, uma fiscalização na Usina Junqueira, em Igarapava (SP), pertencente à Cosan, libertou 42 trabalhadores escravos. Em 31 de dezembro de 2009, a Cosan teve seu nome incluído na “lista suja” do trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), mas através de liminar a empresa foi retirada do cadastro em 8 de janeiro de 2010.

¹⁴ http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf

Nos últimos anos, porém, os problemas trabalhistas na Cosan não se limitaram à prática de trabalho escravo:

- Em 2010, a empresa foi obrigada a firmar dois acordos com o Ministério Público do Trabalho - PRT 15, de Campinas (um de R\$ 2,5 milhões e outro de R\$ 900 mil) referentes a problemas trabalhistas e também descumprimento de Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) anteriores;

- Em julho de 2010, uma fornecedora da Cosan em Santa Cruz do Rio Pardo (SP) foi flagrada pelo Ministério Público do Trabalho com trabalhadores em condições degradantes, com salários atrasados e sem água potável na frente de trabalho;

- Em 2009, a Usina Diamante, da Cosan, na região de Jaú (SP), recebeu 22 autos de infração do grupo de fiscalização rural do Ministério do Trabalho. Foram fiscalizados 2.628 trabalhadores, sendo 464 mulheres, e houve autos de infração para falta de registro (6 trabalhadores), generalizada falta de controle de jornada, desrespeito ao descanso semanal nos domingos e feriados, corte de sete ruas em vez de cinco, banheiro sem higiene, Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) e PPRA sem avaliação dos riscos ao trabalhador, falta de plano para atender acidentado, alojamento com irregularidades, empresas terceirizadas para o transporte não tinham sanitários e locais para refeição;

- Na safra de 2008, trabalhadores da Usina Diamante já haviam entrado em greve exigindo melhores condições de trabalho;

- Nas safras de 2007 e 2008, trabalhadores da Usina Gasa, da Cosan, em Andradina (SP), entraram em greve por melhores condições de trabalho. O sindicato dos trabalhadores disse que grevistas foram demitidos após as manifestações, violando o direito à greve garantido constitucionalmente¹⁵.

A Cosan também é dona da Usina Nova América, em Caarapó (MS). A Nova América é arrendatária da fazenda Santa Claudina, de propriedade do deputado estadual e agropecuarista José Teixeira (DEM), e que incide na terra indígena Guyaroca (a área já foi vistoriada pela Funai e teve o resumo de identificação e delimitação publicado no Diário Oficial).

De acordo com nota técnica do Ministério Público Federal, a ação dos fazendeiros no território de Guyarocá tem causado uma acelerada degradação ambiental, em especial desmatamentos da mata ciliar de córregos e rios. A depredação contribuiria para que minas e cursos d'água sequem e sofram assoreamento¹⁶.

¹⁵ <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1775>

¹⁶ http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf



Fornecedores da usina Nova América, da Cosan, invadem TI Guyrarocá (MS)

Foto: Verena Glass/Repórter Brasil

Copertrading Comércio Exportação e Importação S.A., de Alagoas, que mantém relação comercial com as usinas Camaragibe, Porto Rico, Santa Clotilde, Santa Maria, Seresta, Serra Grande, Sininbu, Sumaúma e Triunfo (exportou para Inglaterra e Japão) – No início de 2008, o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego e da Procuradoria Regional do Trabalho da 19ª Região fiscalizou 15 das maiores usinas do Estado, constatando irregularidades que envolveram mais de 650 trabalhadores em 14 delas. Como resultado da Operação Zumbi dos Palmares, em novembro daquele ano o MPT firmou um termo de conciliação e ajustamento de conduta com o setor canavieiro, no qual os produtores de açúcar e álcool se comprometeram a “cumprir a legislação em benefício do trabalhador rural”. As usinas do Grupo Santo Antonio (Central Açucareira e a filial Camaragibe), Grupo Toledo (Capricho, Pagrisa e Sumaúma), Leão, Laginha, Destilaria Porto Alegre (originalmente chamada Porto Rico), Mendo Sampaio, Santa Clotilde, Santa Maria, Seresta, Taquara e Triunfo, alvos de 12 ações civis, tiveram que pagar indenização pelo dano causado ao interesse difuso e coletivo dos trabalhadores.

Grupo Moema (exportou para os EUA), adquirido pela Bunge em 2009 – Fiscalização do Grupo Móvel flagrou 63 trabalhadores em 2008 sob responsabilidade da Usina Moema, em Orindiúva (SP), uma das seis unidades do Grupo Moema Açúcar e Álcool. Trazidos da Bahia, do Maranhão e do Ceará, eles estavam em alojamentos precários. De acordo com o procurador do Trabalho Fábio Lopes Fernandes, a maior parte deles havia sido contratada por empresas terceirizadas e foram dispensados, sem receber todos os direitos trabalhistas. Por ocasião da fiscalização, a Usina Moema acabou desembolsando R\$ 200 mil de verbas rescisórias¹⁷. Em 2009, a Moema também foi recordista de multas ambientais aplicadas na região de São José do Rio Preto, interior de São Paulo, pela

¹⁷ <http://www.reporterbrasil.org.br/exibe.php?id=1373>

Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais, órgão da Secretaria de Meio Ambiente do Estado. A usina sofreu três autuações, que somaram R\$ 885 mil.

Grupo Noble/Usina Cerradinho (o grupo Noble adquiriu recentemente usinas da Cerradinho, em Catanduva e Potirendaba. Juntas, exportaram para Holanda, Índia, Suíça e EUA) – Em março de 2011, o Ministério Público de São José do Rio Preto entrou com ação civil com pedido de indenização contra a Usina Açúcar e Álcool Cerradinho, de Catanduva, por danos ao meio ambiente em queimada de 2009. No total, a ação pede indenização de R\$ 1,5 milhão.

No caso de exportações conduzidas por cooperativas, é fato que o rastreamento da cadeia produtiva por parte dos compradores se torna mais difícil, uma vez que as operações não distinguem nem apresentam o CNPJ das usinas fornecedoras. Tomando-se como exemplo a **Copersucar**, um dos maiores empreendedores do setor sucroalcooleiro brasileiro e que, entre 2009 e 2010, realizou embarques para Holanda, Suíça, EUA, Japão e Austrália, o número de 48 usinas afiliadas dificulta a responsabilização do produto exportado pela cooperativa.

De acordo com relatórios de fiscalizações promovidas pelo Ministério Público do Trabalho entre 2009 e 2010, disponibilizados à Repórter Brasil, no entanto, usinas como Iacanga, Batatais, São Manuel, Ipiranga, Uberaba e destilaria Paranapanema (pertencente ao grupo norueguês **Umoe**), filiadas à Copersucar, sofreram processos por problemas referentes a condições sanitárias, segurança e saúde no trabalho, repouso semanal remunerado, ruídos, temperatura, radiações, jornada de trabalho, atos atentatórios a liberdade sindical, contribuições às entidades sindicais, equipamentos de proteção individual, intervalo intrajornada, atividades e operações insalubres, não pagamento de verbas rescisórias, anotação irregular nas carteiras de trabalho, entre outros, além de multas da Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) por irregularidades ambientais.

Capital internacional nas usinas brasileiras

Garantir que o etanol brasileiro que chega ao mercado externo seja 100% “limpo” de problemas sociais e ambientais é um desafio a ser assumido tanto pelo governo e produtores brasileiros quanto pelos importadores e governos estrangeiros. Principalmente porque cobranças mais direcionadas a questões sociais e ambientais por parte do mercado internacional podem incentivar a adoção de práticas mais responsáveis no país. Entretanto, é preciso que as mesmas cobranças nacionais e internacionais também atentem para um novo ator cuja importância, força e poder vêm crescendo no Brasil: os investidores estrangeiros e o capital internacional.

Entre os principais investidores estrangeiros presentes hoje no setor sucroalcooleiro brasileiro, destacam-se os grupos Açúcar e Álcool Fundo de Investimento e Participações (formado pelos fundos de investimento Carlyle/Riverstone, Global Foods /Carlyle/Rivestone /Goldman Sachs /Discovery Capital e DiMaio Ahmad), Abengoa (Espanha), Adecoagro (do grupo Soros, EUA/Argentina), ADM (EUA), Brazil Ethanol (EUA), British Petroleum (Inglaterra), Bunge (EUA), Cargill Inc (EUA), Clean Energy (Inglaterra), Glencore (Suíça), Infinity Bio-Energy (Inglaterra e outros, controlado pelo

Bertin), Louis Dreyfus (França), Mitsubishi (Japão), Mitsui (Japão), Noble Group (China), Shell (Holanda), Shree Renuka Sugars (Índia), Sojitz Corporation (Japão; tem 65% da ETH, em sociedade com a Odebrecht), Sucden (França), Kuok (China), Tereos (França) e Umoë (Noruega). Juntas, elas detêm partes ou a totalidade do controle de mais de 100 usinas brasileiras.

Várias das usinas sob controle ou participação de investidores estrangeiros, listadas a seguir, apresentam indícios de práticas irregulares nos âmbitos social e ambiental, ocorridas por vezes antes da aquisição, por vezes já sob responsabilidade dos grupos internacionais¹⁸. Além dos casos relatados anteriormente, merecem destaque:

Abengoa (Espanha) – Com unidades nos municípios de São João da Boa Vista e Pirassununga (SP), a Abengoa consta da lista de devedores da dívida ativa da União (dívida no INSS). De acordo com o Ministério Público do Trabalho, o grupo é alvo de investigações correntes de problemas trabalhistas com jornada de trabalho, horas excedentes, horas extras, períodos de repouso, intervalo intrajornada, extinção do contrato individual de trabalho e salário na unidade de São João, além de pelo menos 12 multas por crimes ambientais, aplicadas pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) de São Paulo.

Adecoagro (EUA) – Dona da Angélica Agroenergias Ltda, multada em 2008 em R\$ 1 milhão pela Polícia Militar Ambiental por lançar vinhoto em um córrego e provocar mortandade de peixes.

Brazil Ethanol (EUA) – Em julho de 2009, logo após a compra da usina alagoana Utinga Leão pela Brazil Ethanol, os trabalhadores fizeram uma mobilização para reivindicar o pagamento de quatro meses de salários atrasados, a manutenção dos empregos, direitos trabalhistas e a garantia da moagem.

Em função de problemas de dívidas não quitadas, no dia 13 do mesmo mês a Justiça expediu ordem de bloqueio dos bens da Utinga e dos ativos financeiros de todos os sócios, decidindo a “indisponibilidade imediata, por meio do sistema ‘Renajud’, dos automóveis registrados em nome das empresas requeridas S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool – Usina Utinga Leão e Brazil Ethanol INC e dos sócios; bloqueio de crédito através do sistema Bacen – Jud, da seguinte forma: R\$ 2 milhões da conta de cada pessoa jurídica e R\$ 300 mil nas contas de cada sócio”¹⁹.

Já em setembro, seguranças armados e encapuzados destruíram um acampamento de sem-terra ligados ao Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), em área da usina, em Rio Largo, em Alagoas. Aproximadamente 300 famílias estavam acampadas no local há cerca de um mês. A usina não havia entrado com pedido de reintegração de posse na Justiça.

British Petroleum (Inglaterra) – Em janeiro de 2011, comprou 83% da CNAA, dona da usina Itumbiara (GO), alvo de uma ação civil pública por parte do Ministério Público porque não efetuou pagamento de compensação por “significativo impacto ambiental, prevista pelo art. 36 da Lei Federal nº 9.985/2000 durante o trâmite procedimental

¹⁸ as informações sobre problemas trabalhistas neste capítulo foram levantadas junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério Público do Trabalho

¹⁹ http://gazetaweb.globo.com/v2/noticias/texto_completo.php?c=180707

aludido”. No período da infração, Carlyle/Riverstone, Global Foods / Carlyle/Rivestone / Goldman Sachs / Discovery Capital e DiMaio Ahmad eram acionistas da unidade.

Bunge (EUA) – Detém 60% da usina Monteverde (MS), que se abastece de cana de ao menos três fazendas (Santa Luzia, Guarida e Três Marias) que estão ilegalmente no interior da Terra Indígena Jatayvary, reconhecida pela Funai em 2004. Também adquiriu a usina Moema, onde, em junho de 2008 (antes da compra pela Bunge), 63 trabalhadores foram flagrados em situação degradante. Em 2010, a usina Moema foi recordista de multas ambientais na região de Ribeirão Preto, com três autuações que somam R\$ 885 mil. A maioria das multas está relacionada a queimadas da palha da cana-de-açúcar sem autorização.

A Bunge também é dona da usina Guariroba, autuada em 2009 por problemas trabalhistas como alojamento irregular, jornada aos domingos, banheiro sem higiene, equipamentos de proteção individual irregulares, e falta de avaliação de risco e ações de segurança. Em 2010, a usina foi multada em R\$ 6.300 por “explorar ou danificar floresta ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativa plantadas, localizada fora de área de reserva legal averbada de domínio público ou privado”.

Em 2009, o Ministério Público do Trabalho impetrou uma ação civil pública com pedido de antecipação de tutela contra a Bunge Alimentos, proprietária da usina Santa Juliana, onde foram flagradas “graves violações à legislação trabalhista e aos direitos fundamentais dos trabalhadores, que vão desde o descumprimento em larga escala de normas de saúde e segurança até a manutenção de práticas discriminatórias”.

Entre as práticas ilegais, destacam-se: jornadas diárias excessivas (superior a quatro horas extras, em certos casos), ausência de registro de ponto, irregularidade na concessão de descanso semanal, transportes inseguro dos trabalhadores, demora na emissão de Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), retenção da carteira de trabalho além do prazo permitido em lei, mantendo-se dezenas de trabalhadores em uma inatividade forçada e não remunerada, sem garantia sequer de alimentação. Pelos danos causados à coletividade, a Procuradoria requereu a condenação da empresa, com o pagamento de indenização no valor de R\$ 10 milhões.



Fazendas da usina Monte Verde, da Bunge, invadem TI Jatayvary (MS)

Fonte: Verena Glass/Repórter Brasil

Clean Energy Brazil (Inglaterra) – Detém 33% da Unialco, dona das usinas Alcoolverde, Dourados Açúcar e Álcool e Canavale, em Aparecida do Taboado, Dourados e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. A usina Dourados Açúcar e Álcool compra cana em fazendas que ocupam ilegalmente a área indígena Guyraroca, em Dourados.

Infinity Bio-Energy (Inglaterra) – Em dezembro de 2010, a Infinity Itaúnas Agrícola S.A. (Infisa), uma subsidiária da Infinity Bio-Energy responsável pela produção de cana que abastece uma usina do grupo em Conceição da Barra (ES), entrou na “lista suja” do trabalho escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego, por ter mantido 64 trabalhadores em condições análogas à escravidão²⁰. Em 2008, fiscalizações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) encontraram 89 cortadores de cana-de-açúcar em condições análogas à escravidão nas duas usinas do grupo no Espírito Santo (Disa e Cridasa)²¹.

O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquéritos criminais na Justiça para apurar os referidos casos. Em julho de 2010, inspeção do Ministério Público do Trabalho (MPT) autuou outra usina do grupo em Minas Gerais (Cepar) por problemas que caracterizam a escravidão contemporânea como o excesso de jornada, alojamentos e condições de trabalho em situação precária, além de aliciamento ilegal de trabalhadores em outros Estados.

²⁰ Em fevereiro de 2011, a empresa obteve liminar para deixar a lista até novo julgamento de mérito

²¹ http://www.reporterbrasil.org.br/documentos/o_brasil_dos_agrocombustiveis_v6.pdf

Em março de 2010, 71% das ações da Infinity foram compradas pelo Bertin, tradicional grupo empresarial de exportação de carne bovina e dono de frigoríficos – inclusive na região amazônica – e que também já se envolveu em problemas ambientais e trabalhistas.

Shree Renuka Sugars (Índia) – Dona da usina Vale do Ivaí, condenada a pagamento de R\$ 125 mil em multas trabalhistas em 2008.

Sojitz (Japão) – Dona de 33% da usina Rio Claro Agroindustrial, onde uma fiscalização do Ministério Público do Trabalho em fevereiro de 2008 encontrou 17 trabalhadores em “situação de degradância”. Ao se associar à ETH, que comprou a Brenco, a Sojitz também assumiu o passivo do grupo, que teve libertação de 17 trabalhadores em situação análoga à escravidão em fevereiro de 2008 e cuja inclusão na “lista suja” do trabalho escravo ainda é aguardada.

Tereos (França) – Em 2008, a Usina Guarani, de Olímpia (SP), foi multada três vezes pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) e consta do ranking dos grandes crimes ambientais que tiveram a firme atuação (e autuação) da companhia na região. Somadas, as multas atingem o valor de R\$ 215.804,64.

Umoe (Noruega) – Em 2008 e 2010, a destilaria Paranapanema, de propriedade da Umoe, foi autuada por praticar terceirização irregular. Em junho de 2009, a Justiça do Trabalho denunciou a empresa Leandra Cristina Teixeira Prado, prestadora de serviços da Destilaria Paranapanema, de cometer “irregularidades trabalhistas relacionadas aos limites legais de jornada de trabalho e períodos de descanso, além de não efetuar corretamente o pagamento de verbas rescisórias e realizar pagamentos salariais por fora”. Em janeiro de 2010, trabalhadores da empresa Robson Antônio Mongentale, também terceirizada pela Destilaria Paranapanema, denunciaram ao MPT que não haviam recebido o pagamento de verbas rescisórias.

Em agosto de 2010, o juiz José Roberto Dantas Oliva, da 1ª Vara do Trabalho de Presidente Prudente, em São Paulo, concedeu liminar contra a Destilaria Paranapanema, obrigando a empresa a encerrar a terceirização de áreas de produção, com a suspensão imediata das atividades de empreiteiros contratados. Além disso, a decisão determina que a usina deixe de contratar pessoas físicas e jurídicas para prestar serviços relacionados às atividades-fim da empresa²². Os impactos das usinas da companhia francesa Louis Dreifus Commodities (LDC) já foram listados anteriormente. A empresa holandesa Shell, a chinesa Kuok e a francesa Sucden são investidoras do Grupo Cosan, também já analisado.

²² <http://www.jusbrasil.com.br/noticias/2343067/liminar-obriga-paranapanema-a-encerrar-terceirizacao>

Conclusão

Os últimos anos foram marcados por intensos debates quanto à criação de critérios para a produção de agrocombustíveis, no Brasil e no exterior. Diante da constatação de que os combustíveis fósseis são um dos grandes vilões causadores do efeito estufa, Estados Unidos e Europa lançaram programas para incentivar a produção e o uso de combustíveis renováveis. A legislação energética norte-americana para combustíveis renováveis prevê a utilização de até 136 bilhões de litros até 2022, dos quais se estima que o Brasil possa contribuir com exportações de 15 bilhões de litros de etanol.

No caso europeu, a Diretiva 2009/28/CE determina que, até 2020, o bloco alcance uma cota de 20% de energias renováveis no consumo final bruto de energia e cada país-membro atinja a meta mínima de uso de 10% de energia renovável no setor de transportes. A União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica), principal associação de usinas do Brasil, projeta que o consumo europeu ficará entre 15 bilhões e 20 bilhões de litros – um mercado atraente para o etanol brasileiro.

Tanto norte-americanos quanto europeus têm estabelecido critérios socioambientais para a importação de combustíveis do exterior, como o etanol brasileiro, mas, diante de fragilidades e indefinições, não há relatos de usinas brasileiras com notória folha corrida na Justiça que tenham tido problemas para fazer seus embarques. É verdade que entre 2009 e 2010, as exportações brasileiras de etanol caíram 42,4%, para 1,5 milhão de toneladas, mas esse recuo deve-se sobretudo à falta de excedente do produto no mercado.

Ao longo dos últimos anos, usinas flagradas com trabalho escravo, que realizaram desmate de mata nativa ou ameaçam áreas de populações indígenas forneceram sem restrições etanol para distribuidoras de combustíveis e indústrias químicas nos quatro cantos do mundo. Entre 2009 e 2010, em número de fornecedores, a Europa foi o principal destino do etanol brasileiro, com destaque para a Holanda (23 fornecedores), Inglaterra (14), e Suíça (9). Os demais clientes de peso do álcool brasileiro foram os EUA (14), Japão (13) e Índia (8).

No Brasil, é inegável que há esforços de segmentos do setor público, de empresas e da sociedade civil organizada para elevar a sustentabilidade do setor do etanol. A desaceleração do número de trabalhadores escravo em usinas e propriedades de cana-de-açúcar, verificada em 2010, é um fator positivo e pode ser resultado de uma série de esforços, entre eles o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo. Isso não impediu, porém, que o setor sucroalcooleiro ultrapassasse no ano passado a penosa marca de 10 mil trabalhadores libertados, na série histórica iniciada em 2003 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Sinal de que a luta por novos tempos no setor canavieiro do país ainda possui um longo caminho pela frente.

Expediente

Repórter Brasil

Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Coordenação geral

Leonardo Sakamoto

Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis

Marcel Gomes (coordenação)

Antonio Biondi

Verena Glass

Colaboração

Maurício Hashizume

Suporte financeiro

Fabiana Garcia (coordenação)

Vinícius Nascimento

Suporte administrativo

Maia Fortes

São Paulo

Rua Bruxelas, 169, São Paulo-SP, CEP 01259-020

Telefones: (55) (11) 2506-6570

bio.br@reporterbrasil.org.br

Apoio

Cordaid 

